

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

SANDRA REGINA ROCHA



O DESAFIO EM GARANTIR O DIREITO DE APRENDER A TODOS OS
ALUNOS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

CURITIBA
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

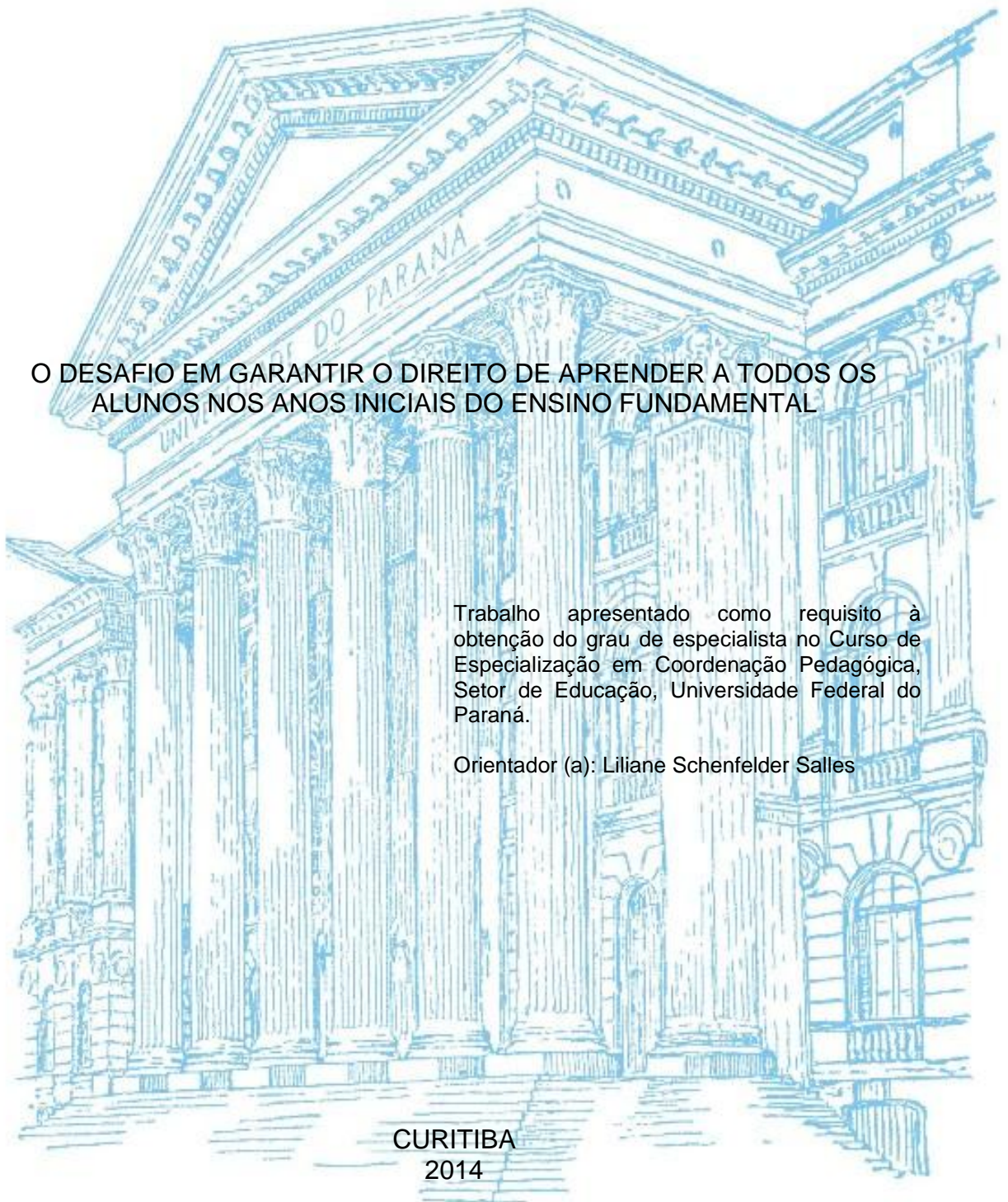
SANDRA REGINA ROCHA

O DESAFIO EM GARANTIR O DIREITO DE APRENDER A TODOS OS
ALUNOS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Trabalho apresentado como requisito à
obtenção do grau de especialista no Curso de
Especialização em Coordenação Pedagógica,
Setor de Educação, Universidade Federal do
Paraná.

Orientador (a): Liliane Schenfelder Salles

CURITIBA
2014



SUMÁRIO

Introdução	5
Marcos legais sobre os direitos de aprendizagem	6
Aspectos do processo ensino-aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental segundo Vygotsky	9
Direitos de aprendizagem e atendimento à diversidade nos anos iniciais do ensino fundamental	12
Análise de dados de professoras nos anos iniciais do ensino fundamental ...	14
Conclusão	25
Referências	26

O DESAFIO EM GARANTIR O DIREITO DE APRENDER A TODOS OS ALUNOS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

SANDRA REGINA ROCHA¹

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo compreender as dificuldades que as professoras apresentam em propor atividades diferenciadas e diversificadas para atender aos diferentes níveis de aprendizagem em sala de aula e assim garantir o direito de aprender a todos os alunos nos anos iniciais do ensino fundamental. Para tanto foram utilizados nesta pesquisa para embasamento teórico autores como Vygotsky (1991-2000 e 2006), Jefferson Mainardes (2009), Telma Ferraz Leal (2005), Artur Gomes Morais (2005), entre outros. O estudo apresenta a importância do trabalho pedagógico planejado, identificando os diferentes níveis de aprendizagem dos alunos e assim as professoras planejar e organizar boas situações didáticas para que todos os alunos avancem na aprendizagem. Para melhor compreender o objetivo desta pesquisa, a metodologia contou com a aplicação de um questionário com questões fechadas e abertas, respondido por professoras de nove turmas (duas da Educação Infantil, cinco do Ensino Fundamental, uma da Educação de Jovens e Adultos e uma da Classe Especial) e três professoras de apoio permanente. Os dados coletados proporcionaram a compreensão por meio de gráficos e tabelas das respostas, a complexidade do trabalho pedagógico realizado pelas professoras em sala de aula para garantir uma educação de qualidade para todos.

Palavras-chave: Prática pedagógica; diversidade; aprendizagem

¹Artigo produzido pela aluna SANDRA REGINA ROCHA do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação da professora Liliane Schenfelder Salles. e-mail: sandra_reginarocha@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A pesquisa tem por objetivo discutir a educação como um direito humano fundamental e o sujeito que passa pela instituição escolar tem o direito de aprender os conhecimentos historicamente construídos para se tornar um cidadão com melhores condições de realizar e defender outros direitos humanos fundamentais. E também, refletir e compreender as dificuldades que as professoras apresentam em propor atividades diferenciadas e diversificadas para atender aos diferentes níveis de aprendizagem em sala de aula e garantindo assim o direito de aprender a todos os alunos nos anos iniciais do ensino fundamental.

Assim sendo, o presente trabalho de pesquisa realizado aconteceu numa escola pública da rede municipal de ensino: Escola Municipal Deputado Fabiano Braga Cortes, no município de Telêmaco Borba, do Estado do Paraná onde a escolaridade está estruturada da seguinte forma: a Educação Infantil (Pré I e Pré II), o Ensino Fundamental em Ciclos de Aprendizagem: Ciclo Inicial de Alfabetização (1º, 2º e 3º Ano) e Ciclo Complementar de Alfabetização (4º e 5º Ano), Classe Especial, EJA (Educação de Jovens e Adultos) e aprovada recentemente a Sala de Recursos Multifuncionais.

O interesse em realizar esta pesquisa partiu das observações da autora que atua nesta instituição na função de Coordenadora Pedagógica desde 2009, a partir do monitoramento e acompanhamento das turmas no cotidiano da sala de aula, o que poderia estar melhor está relacionado com a aprendizagem dos alunos, pois as turmas são heterogêneas com ritmos e necessidades de aprendizagens diferentes e as professoras enfrentam em sala de aula o desafio de garantir o direito à aprendizagem a todos os alunos, encontrando uma série de problemas.

O principal objetivo da pesquisa foi analisar a opinião das professoras sobre diversidade na sala de aula, compreender as dificuldades das professoras dos anos iniciais do ensino fundamental no trabalho pedagógico com alunos de diferentes níveis de aprendizagem e a partir disso apontar algumas estratégias de ensino diferenciadas que podem ajudá-las na construção de práticas pedagógicas que garantam a apropriação do conhecimento de todos os alunos.

Por isso, o cuidado em trabalhar com a diversidade em sala de aula com os diferentes ritmos de aprendizagem dos alunos desde o 1º Ano do Ciclo Inicial de Alfabetização é fundamental para evitar que ao final do 3º Ano encontremos um número elevado de alunos com dificuldade em dominar os conteúdos ensinados em sala de aula.

Então, garantir apenas o acesso e a permanência dos alunos na escola não basta, o aluno precisa ter sucesso na apropriação do conhecimento mais elaborado e produzido pela humanidade. A complexidade do processo ensino-aprendizagem exige mudanças na prática pedagógica a fim de garantir uma educação de qualidade para todos. Como promover o sucesso de todos os alunos? Até que ponto o trabalho pedagógico organizado com atividades diferenciadas pode atender a diversidade em sala de aula?

Sendo assim, o desenvolvimento do trabalho de pesquisa foi organizado da seguinte forma: os marcos legais sobre os direitos de aprendizagem; aspectos do processo ensino-aprendizagem nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, os direitos de aprendizagem e atendimento à diversidade e para finalizar a análise dos dados obtidos por meio de questionários.

MARCOS LEGAIS SOBRE OS DIREITOS DE APRENDIZAGEM

Nos dias atuais têm sido grandes as discussões frente ao direito de aprender, garantir esse direito é um dever de todos (Estado, órgãos governamentais, sociedade, profissionais da educação, comunidade escolar), educação de qualidade se tornou assunto do momento e não podemos admitir uma educação apenas para a minoria.

Nesse sentido os documentos legais, sobre o direito à educação, estão garantidos pela Constituição Federal (Brasil, 1988) que é a Carta Magna, a qual apresenta como princípio fundamental a dignidade humana e, por conseguinte, o exercício da cidadania, apresentando em seu artigo 205, “a educação como um direito de todos”. O direito de aprender é o instrumento transformador para a efetivação de uma sociedade mais justa e democrática.

Na Conferência Mundial sobre Educação para Todos (representantes de governos, organismos internacionais e bilaterais de desenvolvimento e organizações não-governamentais), reuniram-se em Jontiem, Tailândia, de 5 à 9 de março de 1990, para elaborar o Plano de Ação a fim de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem e no art. 4, p. 3 apresenta:

A tradução das oportunidades ampliadas de educação em desenvolvimento efetivo - para o indivíduo ou para a sociedade - dependerá, em última instância, de, em razão dessas mesmas oportunidades, as pessoas aprenderem de fato, ou seja, apreenderem conhecimentos úteis, habilidades de raciocínio, aptidões e valores. Em consequência, a educação básica deve estar centrada na aquisição e nos resultados efetivos da aprendizagem, e não mais exclusivamente na matrícula, frequência aos programas estabelecidos e preenchimento dos requisitos para a obtenção do diploma. Abordagens ativas e participativas são particularmente valiosas no que diz respeito a garantir a aprendizagem e possibilitar aos educandos esgotar plenamente suas potencialidades. Daí a necessidade de definir, nos programas educacionais, os níveis desejáveis de aquisição de conhecimentos e implementar sistemas de avaliação de desempenho.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — Lei nº 9394/96 (Brasil, 1996), o direito à Educação Básica é garantido a todos os brasileiros e, “tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (art. 22, p. 11).

Em continuidade, a LDB nº 9394/96, em seu art. 32 alterada pela lei nº 11.274/06 que trata da duração do Ensino Fundamental, passa a vigorar com a seguinte redação: o ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

O objetivo de um maior número de anos no ensino fundamental obrigatório é garantir a todo aluno um tempo mais longo na instituição escolar com maiores oportunidades de sucesso na aprendizagem. Portanto, mais que uma determinação legal, o Ensino Fundamental de nove anos representa a

efetivação de um direito, mas considerando que o cumprimento dessa lei, não garante a aprendizagem dos alunos, é fundamental um trabalho pedagógico de qualidade, que propicie a apropriação do conhecimento, respeitando a especificidade da infância nos aspectos físico, psicológico, intelectual, social e cognitivo.

Pela Resolução nº 7 (14/12/2010), do Conselho Nacional de Educação, que fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, apresenta em seu Art.5º:

O direito à educação, entendido como um direito inalienável do ser humano, constitui o fundamento maior destas Diretrizes. A educação, ao proporcionar o desenvolvimento do potencial humano, permite o exercício dos direitos civis, políticos e sociais e do direito à diferença, sendo ela mesma também um direito social, e possibilita a formação cidadã e o usufruto dos bens sociais e culturais.

A escola, portanto precisa preparar-se para ampliar as possibilidades dos alunos de terem acesso a diferentes saberes sociais e culturais, os conhecimentos construídos e que circulam em diferentes espaços sociais e culturais constituem-se como direito de todos à formação e ao desenvolvimento humano. Então cabe aos profissionais da instituição escolar viabilizar as condições de apropriação do conhecimento e realizar a mediação entre o saber do senso comum com o conhecimento escolar mais elaborado, científico e cultural.

Portanto, não basta frequentar a escola todos os dias, é preciso que o aluno aprenda, de preferência, na idade certa, tema que passou a ser tratado desde janeiro de 2012 pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), que prevê um compromisso formal para assegurar a aprendizagem até aos oito anos de idade, que até o final do terceiro ano do ensino fundamental os alunos estejam alfabetizados. O direito de aprender traz um desafio muito maior, pois não importa a forma como a escola ensina, “todos” os alunos têm o direito de aprender. Então, as instituições de ensino e o grupo de profissionais que nela atuam têm o dever de oferecer para todos os alunos uma educação de qualidade.

ASPECTOS DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO VYGOTSKY

A chegada da criança para a instituição escolar tem, entre outros, um objetivo claro e preciso: aprender determinados conhecimentos e dominar instrumentos específicos (leitura, escrita, uso das tecnologias, entre outros) que lhe possibilitem a aprendizagem dos conteúdos. E aprender, a utilizar estas aquisições favorecendo o desenvolvimento de trabalhos com trocas de informações entre escolas, estados, países, não só para o seu desenvolvimento pessoal, como para o do coletivo. Ou seja, o conhecimento colocado a serviço do bem comum.

É muito importante aprender com alegria, aprender brincando, brincar aprendendo, aprender a aprender, se apropriar do conhecimento: a escola é espaço de aprendizagem. Mas o que os alunos aprendem na escola? Sem dúvida, aprendem conceitos, a ler, a escrever, a contar, a resolver cálculos e algoritmos, a resolver situações problemas, aprendem sobre a natureza e a sociedade. A escola dificilmente conseguirá propiciar situações para que os alunos aprendam tudo o que é importante, mas pode possibilitar que eles se apropriem de diferentes conhecimentos gerados pela sociedade.

Vygotsky construiu sua teoria com base no desenvolvimento do sujeito, resultado de um processo sócio-histórico, abordando a relação entre o desenvolvimento e a aprendizagem que está atrelada ao fato do ser humano viver em meio social, sendo este a alavanca para estes dois processos.

Para Vygotsky (1991), o aprendizado adequadamente organizado põe em movimento vários processos de desenvolvimento que, de outra forma, não aconteceriam. Para o autor, o desenvolvimento do indivíduo está diretamente ligado à sua relação com o ambiente sociocultural e o papel social do outro é de fundamental importância, uma vez que o indivíduo aprende e se desenvolve a partir do convívio e interação com os outros de sua espécie.

O teórico vê o desenvolvimento, no nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar pela solução independente de problemas e, no nível de desenvolvimento potencial, determinado pela solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais experientes. É dessa divisão do desenvolvimento em níveis que Vygotsky

formula o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), como a distância entre o nível de desenvolvimento real (o aluno realiza sozinho, já é capaz de fazer por si determinada atividade) e o potencial (o aluno está próximo de aprender e realiza determinada atividade com a ajuda de outro mais experiente). É justamente nesta zona de desenvolvimento proximal que a aprendizagem vai ocorrer e a função do professor é favorecer esta aprendizagem, servindo de mediador entre o aluno e o mundo.

Nesse sentido o processo de ensino-aprendizagem deve levar em consideração o nível de desenvolvimento do aluno em relação ao conteúdo que está sendo ensinado. É na ZPD (Zona de Desenvolvimento Proximal) que o professor deve atuar a fim de proporcionar avanços que não poderiam ocorrer de modo espontâneo.

As investigações de Vygotsky (2000) mostraram que todo objeto de aprendizagem escolar se constrói num terreno ainda não amadurecido e que a questão sobre as funções amadurecidas devem continuar sendo observadas porque cabe definir sempre o limiar inferior da aprendizagem. Mas (...) devemos ter também a capacidade para definir o limiar superior da aprendizagem. Só na fronteira entre estes dois limiares a aprendizagem pode ser fecunda. Só entre eles se situa o período de excelência do ensino de uma determinada área do conhecimento. Compreender esses limites é o grande desafio do trabalho pedagógico que se quer excelente.

O caminho para o desenvolvimento do aluno na aprendizagem passa pela participação do outro através da mediação, principalmente do professor enquanto mediador do conhecimento no processo pedagógico é fundamental, pois cabe a ele planejar, organizar e sistematizar o ensino de modo que o aluno possa avançar em seu processo de aprendizagem. Ensino e aprendizagem devem acontecer de forma dialética, uma construção e reconstrução a partir de conhecimentos prévios, para o sucesso do processo.

Importante ainda é lembrar, de acordo com Vygotsky (2000), que o elo central do processo de aprendizagem é a formação de conceitos, tanto dos conceitos espontâneos (construídos no cotidiano pela ação direta da criança com outras crianças sobre a realidade experimentada e observada) e dos conceitos científicos (construídos em situações formais de ensino-aprendizagem).

Para que a aprendizagem aconteça, faz-se necessário uma ação pedagógica adequada a cada fase do desenvolvimento, respeitando as diferenças e necessidades de cada aluno. O próprio aluno vai inferindo nos conteúdos mediados pelo professor, construindo significados e transformando-os em conhecimentos, o que caracteriza a prática pedagógica.

Segundo Vygotsky (2006, p. 114), através da mediação dos adultos que os processos psicológicos mais complexos tomam forma, considerando o desenvolvimento como um processo intersíquico e intrapsíquico. Inicialmente intersíquico - a partir de atividades realizadas nas relações sociais, partilhados entre as pessoas e à medida que a criança cresce, os processos são executados dentro das próprias crianças, ou seja, intrapsíquico - em atividades individuais, como propriedades internas do pensamento.

Sabe-se que as estruturas internas do pensamento, ou funções superiores, constituem a inteligência do ser humano. Porém, para que realmente aconteça seu desenvolvimento essas funções dependem da aprendizagem. Em outras palavras, é o processo de aprendizagem que conduz ao desenvolvimento mental e o ativa, sendo por essa razão, imprescindível para que se desenvolvam as características humanas formadas historicamente.

Como condutora-ativadora do desenvolvimento, o processo de aprendizagem por sua vez, está atrelado as relações inter e intrapessoal, estamos aprendendo a todo o momento e construindo relações, portanto cabe a professora um papel muito importante e significativo nesse processo de interferir de forma planejada, consciente e intencional potencializando a capacidade dos alunos em aprender com outros. Na relação interpessoal, para que realmente aconteça, necessita da interação (ação entre pessoas) para o estabelecimento da mediação (processo de ensino) e intrapessoal depende também da ação consciente da pessoa que aprende e que precisa desenvolver a atenção, a reflexão para que aconteça a elaboração e a internalização de conceitos que representam o resultado real da aprendizagem.

DIREITOS DE APRENDIZAGEM E ATENDIMENTO À DIVERSIDADE NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Para garantir que todos os alunos tenham acesso e sucesso ao ensino de qualidade e se apropriem do conhecimento mais elaborado produzido pela humanidade em menos tempo possível, é fundamental a atenção do professor como organizador, estimulador e mediador do processo de ensino-aprendizagem, pois a mediação e a interação com colegas mais capazes são essenciais para que a aprendizagem aconteça. Para efetivação desse processo, o professor deve aprender a trabalhar com a diversidade em sala de aula, respeitando os diferentes ritmos de aprendizagem, conhecendo como se processa o desenvolvimento ao conhecimento.

Portanto, para a implementação de estratégias de diferenciação em sala de aula que é muito complexa envolve a instrumentalização e estimulação dos profissionais da educação para realizarem esta tarefa. Para Mainardes:

“É importante notar que a diferenciação das tarefas não pode gerar na classe a ideia da existência de grupos mais atrasados ou mais fracos que os demais (estratificação da classe) ou o isolamento de alguns alunos ou grupo de alunos do coletivo da classe. Ao contrário, a diferenciação de tarefas de acordo com as necessidades do aluno deve contribuir para a criação de classes mais igualitárias onde todos os alunos tenham a oportunidade de aprender e não apenas os alunos de melhor nível. (MAINARDES, 2009, p.83).

A diferenciação de tarefas em sala de aula por si só, não garante que os alunos vão se apropriar do conhecimento pelo simples fato de receberem tarefas de acordo com o seu nível de aprendizagem, pois a mediação da professora e a interação com os colegas mais capazes entre os vários conhecimentos construídos são fundamentais para que a aprendizagem aconteça.

Dentre as habilidades que precisam ser desenvolvidas, praticadas e aprimoradas pelas professoras no cotidiano da sala de aula, uma das mais relevantes e difíceis, é a de identificar as necessidades individuais de cada aluno e atuar com todos ao mesmo tempo. Para Leal:

“se entendermos o que cada aluno já sabe e soubermos escolher as melhores opções didáticas para cada um deles, teremos percorrido um longo caminho na nossa profissionalização. Se, além disso, soubermos

atuar com todos ao mesmo tempo, atendendo às diferentes demandas e auxiliando-os, teremos construído um belo perfil de professor(a) alfabetizador(a)". (LEAL, 2005, p. 91):

Portanto, é necessário que no início do ano letivo a professora busque avaliar os conhecimentos que seus alunos já possuem para diagnosticar suas aprendizagens para então planejar e organizar boas situações didáticas de ensino, levando em conta as necessidades específicas dos diferentes níveis de aprendizagem dos alunos.

Aceitar que os alunos são diferentes uns dos outros no espaço da sala de aula é fácil, mas o difícil é tratar educativamente essas diferenças e ajudá-los para que se desenvolvam no processo de ensino-aprendizagem. A coerência das estratégias didáticas e a atitude do professor em relação à diversidade de ideias, experiências, atitudes, estilos de aprendizagem, ritmos, capacidades, interesses, entre outros, marcam de maneira relevante as características do ambiente de aprendizagem que ocorre em sala de aula.

Esta complexa tarefa envolve a proposição não apenas de atividades únicas e padronizadas que são realizadas por todos os alunos ao mesmo tempo, mas também por atividades diferenciadas que são realizadas por alunos com diferentes níveis de conhecimento por meio de trabalho individualizado ou em grupos. Segundo Silva:

"Para o agrupamento dos alunos, é preciso considerar as diferenças das aquisições de conhecimentos e experiências dos alunos com a língua escrita. Essas diferenças, comuns em todas as salas de aula, indicarão para o professor quais atividades podem ser realizadas por todos os alunos ao mesmo tempo, pois envolvem habilidades que todos dominam, e quais precisam ser realizadas por meio de orientações específicas para grupos diferenciados". (SILVA, 2008, p. 53):

É possível através da realização de uma avaliação diagnóstica com a turma, a sondagem do nível de aprendizagem dos alunos, auxiliando as professoras para verificar as necessidades da turma, ajudar a redirecionar e organizar o trabalho pedagógico planejando atividades para envolver todos os alunos ou atividades diferenciadas, propiciando um ambiente de inclusão, interação e principalmente mediando o conhecimento para que os alunos se sintam seguros em suas conquistas.

A respeito das possibilidades de desenvolvimento de atividades no grande grupo (coletivo), Batista (2009, p. 73) indica que: “As atividades coletivas são escolhidas e realizadas por toda a sala de aula, pois visam a objetivos comuns, propiciam a troca de pontos de vista e oferecem à criança a oportunidade de ter experiência da vida democrática”. As atividades coletivas são realizadas pela professora, que se encarrega de organizá-las com a turma toda.

E entre as possibilidades de desenvolvimento de atividades em pequenos grupos e em duplas, muitos estudos vêm apontando para as vantagens de se propor o trabalho em situações de interação em duplas e em pequenos grupos (ACIOLY-REGNIER, 1996; LEAL e LUZ, 2001; PERRET-CLEMONT et al., 1996), inclusive para o desenvolvimento de propostas didáticas de produção de textos, revisão textual e mesmo de alfabetização. Vygotsky já apresentava as vantagens em estabelecer as zonas de desenvolvimento proximal (VYGOTSKY, 1991) nos processos de aprendizagem.

Uma importante comprovação desses estudos realizados é a de que não é qualquer modo de agrupamento em sala de aula que cria uma situação de ensino-aprendizagem produtiva: o modo de agrupamento mais apropriado é aquele no qual os conhecimentos apresentados pelos alunos são diferentes, mas em níveis próximos. Ou seja, alunos com conhecimentos diferentes, mas não muito distanciados, só assim podem potencializar a capacidade de aprender com o outro.

ANÁLISE DE DADOS DE PROFESSORAS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Para esta pesquisa o foco foi a Escola Municipal Deputado Fabiano Braga Cortes, que dentro da Proposta Pedagógica da Rede Municipal de Ensino do município de Telêmaco Borba, tem a escolaridade estruturada da seguinte forma: a Educação Infantil (Pré I e Pré II), o Ensino Fundamental em Ciclos de Aprendizagem: Ciclo Inicial de Alfabetização (1º, 2º e 3º Ano) e Ciclo Complementar de Alfabetização (4º e 5º Ano); entendendo que esta

organização possibilita trabalhar com as diferenças individuais dos alunos de maneira mais efetiva, evitando as eventuais rupturas e a fragmentação do percurso escolar, assegurando a continuidade do processo educativo, dentro do ciclo e na passagem de um ciclo para outro. Para isto, é necessário que se criem as condições institucionais e que todos os profissionais da escola se responsabilizem pelo processo de ensino-aprendizagem.

A escola é comprometida com a inclusão, pois considera que, a educação é um direito humano e que todas as crianças estão na escola para aprender, embora existam crianças que são mais vulneráveis à exclusão social do que outras. Nesta escola, as professoras têm a responsabilidade de elaborar estratégias de ensino e aprendizagem mais efetivas para possibilitar o domínio do conhecimento a todos os alunos, mesmo porque em qualquer período de escolarização podem enfrentar dificuldades para aprender ou para fazer parte da comunidade escolar.

As dificuldades na aprendizagem que surgem na escola e na sala de aula representam um desafio na busca pela melhoria da qualidade do ensino, portanto, todas as mudanças geradas como resultado da tentativa de oferecer respostas às necessidades de aprendizagem em sala de aula transforma-se em condição para que todos os seus alunos aprendam, resultando na melhoria da qualidade da prática pedagógica do professor.

Para analisar a opinião das professoras sobre a diversidade na sala de aula e compreender as dificuldades apresentadas nos anos iniciais do ensino fundamental com alunos de diferentes níveis de aprendizagem foram coletados os dados da pesquisa através de um questionário com perguntas abertas e fechadas, aplicados a 12 professoras da Escola Municipal Deputado Fabiano Braga Cortes, sendo representadas nesta pesquisa pela letra P e numeradas de 1 a 12.

As professoras responderam aos questionários referentes aos diversos aspectos, assim estabelecidos: da heterogeneidade da turma, se consideram a diversidade em sala de aula positiva ou negativa, se propõem atividades diferenciadas de acordo com o nível de aprendizagem, como realizam o atendimento aos alunos que apresentam dificuldades e que estratégias de organização utilizam para melhorar a aprendizagem; além de, quais instrumentos utilizam para avaliar, considerando suas dificuldades na

aprendizagem e também quais intervenções as professoras e a escola utilizam para que o aluno avance na aprendizagem.

Além dos dados que irão enriquecer a pesquisa, têm-se os dados coletados quanto à formação docente do grupo investigado que está apresentado na tabela abaixo:

FORMAÇÃO	NÚMERO	%
Curso do Magistério	11/12	92%
Licenciatura em Pedagogia	5/12	42%
Licenciatura em Pedagogia - cursando	1/12	8%
Licenciatura em Letras - Português/Inglês	1/12	8%
Licenciatura em Letras - cursando	1/12	8%
Licenciatura em Ciências Biológicas	1/12	8%
Pós-Graduação	5/12	42%
Pós-Graduação - cursando	5/12	42%

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir das informações extraídas dos questionários

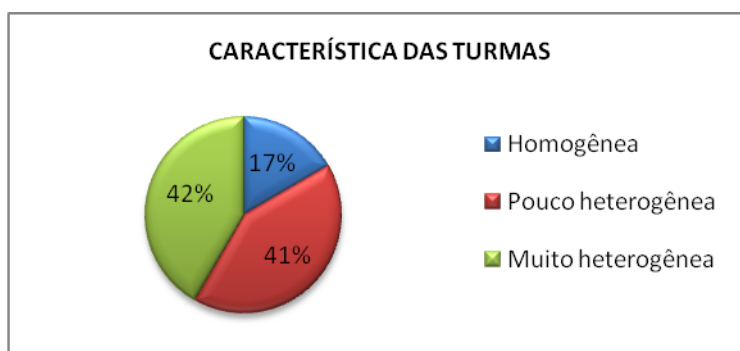
Lembramos que o trabalho de pesquisa foi direcionado as professoras, pois elas são 100% do quadro de docentes da Escola Municipal Deputado Fabiano Braga Cortes e para enriquecimento do estudo acrescenta-se na pesquisa os dados das classes, que as respondentes atuam em 2014 na referida instituição:

CLASSES/TURMAS	PROFESSORA
Educação Infantil	2/12
1º Ano – Ciclo Inicial de Alfabetização	1/12
2º Ano – Ciclo Inicial de Alfabetização	1/12
3º Ano – Ciclo Inicial de Alfabetização	1/12
4º Ano – Ciclo Complementar de Alfabetização	1/12
5º Ano – Ciclo Complementar de Alfabetização	1/12
Classe Especial	1/12
EJA (Educação de Jovens e Adultos)	1/12
Professora de Apoio Permanente	3/12

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir das informações extraídas dos questionários

Com o objetivo de analisar a opinião das professoras sobre a diversidade na sala de aula e compreender as dificuldades que apresentam para o trabalho pedagógico com os diferentes níveis de aprendizagem, quando perguntadas para as professoras sobre as características das turmas com as quais atuam nesse ano letivo, os resultados dos dados foram os seguintes: apenas 17% consideram suas turmas homogêneas, 41% das professoras

informaram que as turmas são pouco heterogêneas (composta por alunos com diferentes níveis e necessidades de aprendizagens) e 42% informaram que as turmas são muito heterogêneas (composta por alunos com muitos diferentes níveis e necessidades de aprendizagens).



Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir das informações extraídas dos questionários

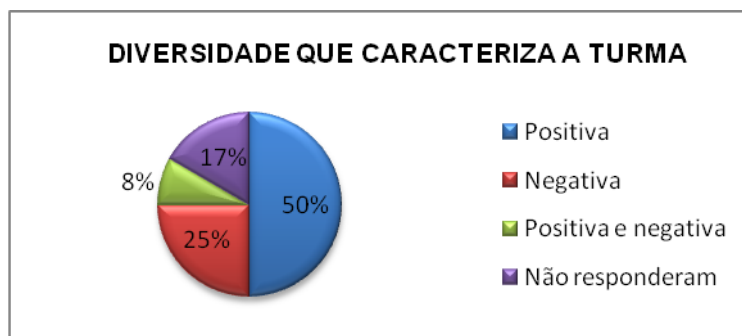
Ainda, com o objetivo de compreender a opinião das professoras sobre a diversidade em sala de aula quanto ao nível de aprendizagem e desempenho dos alunos, estilos e ritmos de aprendizagem, necessidades de aprendizagem, entre outros aspectos. Foram levantados os seguintes dados na tabela abaixo, em quais aspectos, a turma é heterogênea:

ASPECTOS	NÚMERO	%
Nível de aprendizagem e desempenho dos alunos	9/12	75
Habilidades cognitivas dos alunos	8/12	67
Necessidades de aprendizagem	9/12	75
Estilos e ritmos de aprendizagem (mais lento, mais rápido)	9/12	75
Fatores socioeconômicos e familiares	5/12	42
Influências culturais, étnicas e religiosas	2/12	17
Influência de gênero (meninos e meninas)	1/12	8
Valorização da aprendizagem pelo aluno e sua família	6/12	50
Nível de confiança em si e desejo de aprender	5/12	42

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir das informações extraídas dos questionários

De acordo com os dados coletados, a leitura da tabela nos mostra que, os aspectos relacionados ao nível de aprendizagem e desempenho dos alunos, necessidades de aprendizagem, estilos e ritmos de aprendizagem, apresentaram maior percentual de respostas. Acredita-se que sejam aspectos mais visíveis para o acompanhamento das aprendizagens dos alunos pelas professoras.

Ao ser perguntado sobre a diversidade que caracteriza as turmas, metade das professoras respondeu que considera positiva. O gráfico abaixo demonstra os dados coletados sobre a diversidade que caracterizam as turmas:



Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir das informações extraídas dos questionários

Considerando, portanto o percentual de 50%, que consideram a diversidade positiva, apresentar-se-á as respostas das professoras:

P1 “Nenhum aluno é igual ao outro, mas todos têm a capacidade de aprender”.

P3 “É através das diferenças que as crianças aprendem a respeitar, amar, valorizar cada pessoa e ajudar ao próximo”.

P4 “Um complementa o outro”.

P5 “São raras as turmas homogêneas. Tanto professores quanto alunos convivem com a diversidade e precisam familiarizar-se com necessidades diferentes de aprendizagem”.

P11 “Porque o nosso país é composto de diversidades. E nós aprendemos com o diferente, não apenas ensinamos”.

P12 “A diversidade no nível de aprendizagem facilita o desenvolvimento da turma porque um ajuda o outro, a diversidade em qualquer aspecto é positiva porque o aluno sempre aprende coisas novas e diferentes com os outros”.

De acordo com os dados analisados 25% das professoras consideram a diversidade no espaço da sala de aula negativo e justificaram:

P6 “A diversidade atrapalha no rendimento da turma em geral”.

P8 “Pois o nível de aprendizagem e desempenho dos alunos interfere na qualidade do processo ensino-aprendizagem devido a classe ser numerosa.” Obs. Mesmo sendo professora de apoio observo essas questões.

P10 “Quando há diferentes níveis de aprendizagem acabam tornando o trabalho do professor mais dificultoso e lento”.

Uma respondente informou que a diversidade que caracteriza as turmas em sua opinião é positiva e negativa com a seguinte justificativa:

P9 “Diversidade existe e sempre existirá, o que precisamos é respeitar a todos e tratar a todos com igualdade. Negativa porque os diferentes níveis de aprendizagem interferem no processo de ensino”.

Duas professoras não informaram nem justificaram suas opiniões sobre a diversidade que caracterizam as turmas.

Precisamos aceitar a diversidade como algo fundamental, inerente ao ser humano, precisamos então aceitar a diversidade de tempo na aprendizagem. O tempo é um fator determinante em toda aprendizagem, alguns alunos aprendem rapidamente e outros não.

Na pesquisa realizada, observou-se que a diversidade é benéfica no contexto da sala de aula, e assim as professoras respondentes reafirmam isso quando colocam que propõem tarefas diferenciadas em sala de aula para atender as necessidades de seus alunos. Vamos observar os dados apresentados na tabela abaixo:

ITENS	NÚMERO	%
Sim	9/12	75
Algumas vezes	3/12	25
Não	-	0

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir das informações extraídas dos questionários

Os dados acima indicam que a maioria das respondentes (75%) propõe tarefas diferenciadas de acordo com o nível de aprendizagem dos alunos, mas 25% propõem somente algumas vezes, apesar de perceberem as características e necessidades individuais de seus alunos, as atividades diárias propostas em sala de aula são padronizadas, idênticas para todos os alunos. Nesse caso, as diferenças são ignoradas e a diferenciação das tarefas em sala de aula ainda não é uma realidade no contexto investigado de todas as turmas, mas em sua maioria essas atividades diferenciadas propostas respeitam os diferentes níveis de aprendizagem de cada aluno ou grupo de alunos.

Trabalhar com a diversidade em sala de aula exige das professoras uma prática pedagógica voltada para o atendimento das necessidades de aprendizagem dos alunos. Do ponto de vista da aprendizagem e das interações sociais, a diversidade de níveis de aprendizagem é estimulante tanto para

alunos quanto para as professoras, pois permite a troca e potencializa a capacidade de aprender com o outro.



Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir das informações extraídas dos questionários

Esses dados indicam que apenas 33% das respondentes consideram que propor tarefas diferenciadas é fácil, mas a maioria das respondentes (67%) considera difícil a proposição de tarefas diferenciadas em sala de aula, de acordo com o nível de aprendizagem dos alunos. Os dados apresentados revelam que ainda há necessidade de estimular e instrumentalizar as professoras para trabalhar com os diferentes níveis de aprendizagem dos alunos.

Assim sendo, considerando Mainardes (2009), o corpo docente precisa ter clareza a respeito de questões essenciais, tais como:

O trabalho pedagógico com classes bastante heterogêneas (alunos com diferentes níveis de aprendizagem em uma mesma classe); o planejamento de atividades diferenciadas; as possibilidades de sistematização do ensino e do planejamento de intervenções necessárias para a classe como um todo, para grupos específicos e para alunos individualmente. Essas questões citadas estão estreitamente relacionadas à questão do currículo, da avaliação e da formação permanente dos professores. Além disso, é fundamental que os professores tenham espaços de formação adequados nos quais eles possam partilhar suas experiências, bem como expressar suas dificuldades concretas. (MAINARDES, 2009, p.80)

Com relação aos alunos, como as docentes realizam o atendimento aos diferentes níveis de aprendizagem para que todos possam avançar e se desenvolverem, garantindo a elevação de nível de apropriação do conhecimento, as professoras responderam que:

- P1 “Procuro auxiliá-los individualmente de acordo com a necessidade de cada um”.
- P2 “Dando mais atenção, durante as atividades”.
- P3 “Individualmente com atividades diversificadas como cruzadinhas, leitura, jogos para formar palavras, carimbos para completar as palavras entre outros”.
- P4 “Individualmente com atividades diferenciadas”.
- P5 “Os alunos com necessidades diferenciadas recebem avaliações e atividades adaptadas ao seu nível de aprendizagem. Eles possuem um caderno de registros onde tais atividades são realizadas”.
- P6 “Com atividades diferenciadas e atendimento individual”.
- P7 “Tentando realizar atendimento individualizado quando é possível e necessário. Realizando atividades de diferentes níveis no mesmo conteúdo, oportunizando a realização de algumas por alunos com mais dificuldades”.
- P8 “Como professora de apoio dou atendimento exclusivo ao meu aluno, adaptando conteúdos as necessidades específicas deste aluno”.
- P9 “Proporcionando atividades diferenciadas e atendimento individual”.
- P10 “Como professora de apoio realizo atividades diferenciadas e dou atendimento exclusivo aos meus dois alunos”.
- P11 “Individualmente procurando achar tempo para cada caso. Às vezes os casos mais complicados para aprendizagem”.
- P12 “Atendimento individualizado nas atividades iguais para todos e revisão de conteúdo já estudado, também envolvendo todos os alunos”.

A escola e principalmente a sala de aula como espaço de constituição coletiva e permanente, é fundamental a relação com as questões sociais e com os valores democráticos, não só do ponto de vista da seleção e do tratamento dos conteúdos, como também da própria organização do espaço físico. Assim sendo, que estratégias de organização do ambiente da sala de aula as professoras utilizam para melhorar a aprendizagem dos alunos:

- P1 “Trabalho em grupo (equipe) e com atividades diferenciadas”.
- P2 “Ambiente mais alegre, agradável e colorido”.
- P3 “Cantinho da leitura, mudanças nas carteiras, formação de grupos/duplas/trios entre outros, alunos que conseguem realizar as atividades auxiliam os que necessitam de ajuda constante”.
- P4 “Colocando um mais adiantado com outro que precisa mais atenção, trabalho em grupos, duplas”.
- P5 “Os próprios alunos que estão em um nível mais avançado ajudam os outros e os alunos com dificuldade de aprendizagem sentam perto da professora para facilitar a intervenção”.
- P6 “Os alunos com mais dificuldade ficam mais próximo, para melhor atendimento”.
- P7 “Colocando os alunos com maiores dificuldades de aprendizagem mais a frente, ou próximo de um colega que poderá auxiliá-lo na realização das atividades”.

P8 “Adaptação de uma sala de estudos complementares com materiais concretos, cartazes, entre outros”.

P9 “Laboratório de informática, biblioteca, sala de estudos complementares, entre outros”.

P10 “Acredito que o ambiente da sala de aula deve mudar às vezes saindo do tradicional como formando círculo para um debate, uma dinâmica, entre outros”.

P11 “Trabalho em duplas ou equipe onde um aluno ajuda o outro”.

P12 “Sentar em duplas para um ajudar o outro, ninguém sai se todos não terminarem, trabalhar sempre colaborando com o outro ajudando naquilo que o outro ainda não consegue”.

Analisando as respostas coletadas das professoras verificou-se que em sala de aula utilizam como estratégia o trabalho em grupo, pois assim os alunos podem vivenciar atividades adequadas ao seu desenvolvimento, interagindo com os demais colegas, aprendendo na interação com quem se encontra em níveis de aprendizagem diferentes.

As atividades realizadas em grupo, de forma conjunta, oferecem vantagens que não estão acessíveis em práticas pedagógicas de aprendizagem individualizada. A constituição dos sujeitos, seu aprendizado e seus processos de pensamento, ocorrem mediados pela relação com outras pessoas e potencializa sua capacidade de aprender com o outro.

A utilização de atividades de diferentes complexidades para os grupos permitem que os alunos tenham acesso ao mesmo conhecimento, respeitando os limites de cada um. Em determinados momentos é preciso que a atividade seja individual e específica, adaptada ao nível de aprendizagem, destacando-se aqui a importância da adaptação curricular e da avaliação diferenciada para aqueles alunos inclusos e aos que não atingiram o nível de desenvolvimento da turma.

Entende-se como avaliação, o processo pelo qual a professora analisa e interpreta os dados da aprendizagem do aluno e de seu trabalho, tendo como finalidade o acompanhamento do processo ensino-aprendizagem, que instrumentos utilizam para avaliar se o aluno aprendeu os conteúdos:

P1 “Observo quando o aluno está fazendo sua atividade, se consegue resolver sozinho ou se necessita de auxílio”.

P2 “Atividades lúdicas, brincadeiras, músicas, conversa individual”.

P3 “Através das atividades diversificadas, avaliações diagnósticas semanais para ver seus avanços”.

P4 “Avaliações e brincadeiras, correção dos cadernos, portfólio”.

P5 “Avaliações escritas, atividades de fixação dos conteúdos trabalhados, conversa informal, jogos e brincadeiras”.

P6 “Atividades dentro de sala de aula e avaliações diagnósticas”.

P7 “Atividades no caderno, participação oral, avaliações bimestrais, atividades impressas”.

P8 “Análise e observações através das atividades realizadas diariamente, portfólio e parecer descritivo”.

P9 “Atividades orais e escritas, avaliações (provas), portfólio, parecer descritivo, entre outros”.

P10 “Avaliação escrita, portfólio, parecer descritivo e observação dia-a-dia”.

P11 “Através das atividades realizadas em sala de aula, observando o desempenho de cada aluno”.

P12 “Atividades individuais sem consultar os colegas, autoavaliação, registro no caderno, provas, pesquisas, (provas escrita e oral)”.

Avaliar o aluno assumindo compromisso com sua aprendizagem implica conhecê-lo e para isso é preciso observá-lo atentamente no cotidiano da sala de aula. A observação atenta e reflexiva é um dos procedimentos fundamentais para a prática formativa. É necessário a construção do registro da avaliação, a articulação entre a observação, a reflexão e a intervenção pedagógica de maneira que reflita a história da construção da aprendizagem e desenvolvimento do aluno.

Para diagnosticar os avanços, como também as dificuldades encontradas pelos alunos na aprendizagem dos conteúdos, o professor utilizará vários instrumentos específicos que fornecerão dados importantes sobre o domínio dos conteúdos trabalhados nas diferentes áreas do conhecimento relacionados aos objetivos e as metas de ensino.

Esses instrumentos específicos utilizados pelas professoras na escola são: Portfólios (revela, conforme o tempo passa os diferentes aspectos do desenvolvimento e aprendizagem); cadernos dos alunos (análise contínua desse instrumento dá informações sobre o desenvolvimento dos alunos); atividades específicas para avaliação (são atividades que devem ser organizadas pelo professor com o objetivo de verificar o grau de apropriação do conteúdo pelo aluno) e autoavaliação (quando o aluno avalia a si próprio) é uma ótima estratégia de aprendizagem e construção da autonomia, facilitando a tomada de consciência de seus avanços, suas dificuldades e suas possibilidades.

Os instrumentos utilizados pela escola e de acordo com a Proposta Pedagógica são: Caderno de Registro da turma (registro frequente anotando as

informações referentes ao desenvolvimento e aprendizagem, registrando progressos e eventuais dificuldades dos alunos); Ficha de Acompanhamento da Aprendizagem (ficha direcionada as famílias e entregue nas reuniões bimestrais com intuito de firmar parceria com os pais no acompanhamento da aprendizagem dos alunos); Parecer Descritivo da Aprendizagem (expressa no seu conteúdo e na sua forma um registro do acompanhamento dos resultados da aprendizagem e possibilita que sejam planejadas ações coletivas e individuais para a melhoria do processo ensino aprendizagem).

E para os alunos que apresentam maiores dificuldades na aprendizagem, para se apropriar dos conteúdos em relação ao ano do ciclo em que estão inseridos, ou seja, quando o aluno não aprendeu o que deveria ter aprendido que intervenções a professora e a escola tomam para que o aluno possa avançar na aprendizagem:

P1 “Retomo o conteúdo, realizando novas atividades, ensinando de outras maneiras para ver se o aluno alcança o objetivo esperado”.

P2 não informou.

P3 “Quando utilizo todas as possibilidades que estão ao meu alcance à criança é encaminhada pela escola para uma avaliação pela equipe de apoio especializada”.

P4 “Atendimento individualizado, atividades diferenciadas e aulas de reforço”.

P5 “Parte-se sempre do conhecimento que o aluno já tem. Eles realizam aulas de estudos complementares, realizam atividades diferenciadas, recebem atendimento individualizado por parte do professor.

P6 “Mudamos o método de ensino, estudos complementares”.

P7 “Atendimento mais individualizado, verificação da dificuldade pela equipe pedagógica, encaminhamento ao CEMAEE quando necessário”.

P8 “Uso metodologia diferenciada e a escola oferece aulas de reforço e estudos complementares”.

P9 “A escola oferece aulas de reforço, estudos complementares e em particular procuro modificar a metodologia”.

P10 “Muda-se a metodologia de ensino”.

P11 “Retornar os conteúdos de forma diferenciada com atividades diversificadas”.

P12 “Estudos complementares em horário contrário da aula, revisão dos conteúdos já vistos, trabalhar de maneira simplificada para que o aluno possa compreender o processo da atividade em questão. Rever o mesmo conteúdo várias vezes de maneira diferente”.

Através da análise das respostas das professoras observou-se que demonstram compromisso com o ensino e a aprendizagem dos alunos,

detectam as dificuldades mais comuns dos alunos e estabelecem critérios claros para intervenção, revisão e retomada da prática pedagógica.

Na escola pesquisada, quando o aluno não aprende o que deveria ter aprendido, a coordenadora pedagógica realiza o encaminhamento do aluno para uma avaliação no CEMAE (Centro Municipal de Atendimento Especializado) realizada por profissionais específicos (Psicopedagoga, Psicóloga, Fonoaudióloga, entre outros) e o aluno que em seu diagnóstico médico se enquadrar na legislação vigente pode receber atendimento de uma professora de apoio permanente, uma profissional especializada que atua no contexto da sala de aula com aluno que apresenta deficiência física/neuromotora e apresenta comprometimento motor acentuado, decorrentes de sequelas neurológicas que causam dificuldades funcionais nos movimentos, na coordenação motora, na fala e no comportamento e o aluno ainda tem direito a frequentar a Sala de Recursos Multifuncionais no mínimo três vezes durante a semana.

CONCLUSÃO

Observou-se que o esforço e empenho realizado pelas professoras, direção e coordenadora pedagógica da escola no estudo, discussão e reflexão sobre a prática representa seu posicionamento, compromisso e disponibilidade para atender a demanda que se encontra em sala de aula em defesa de uma escola pública de qualidade, que garanta a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os alunos, assegurando-lhes a apropriação do conhecimento que há de mais elaborado produzido pela humanidade.

A escola é comprometida com a inclusão, pois considera que, a educação é um direito humano e que todas as crianças estão na escola para aprender, embora existam crianças que são mais vulneráveis à exclusão social do que outras. Nesta escola, as professoras têm a responsabilidade de elaborar estratégias de ensino e aprendizagem mais efetivas para possibilitar o domínio do conhecimento a todos os alunos, mesmo porque em qualquer período de escolarização podem enfrentar dificuldades para aprender ou para fazer parte da comunidade escolar.

A prática escolar cotidiana mostra que ainda não se atingiu o desafio de garantir a aprendizagem de todos os alunos; porém é somente com transformações significativas nessa prática que podemos atender as necessidades de todos os alunos.

No processo de organização do trabalho coletivo na escola, para que os alunos avancem de maneira significativa em sua aprendizagem, o trabalho pedagógico é desenvolvido de maneira que todos os sujeitos envolvidos são responsáveis e comprometidos, não apenas por seu processo individual de trabalho, mas que todos conheçam e se apropriem da responsabilidade da escola como um todo, que se reúnam, estudem juntos, analisem os problemas surgidos, planejem a melhor maneira de organização do trabalho escolar e discutam principalmente ações a serem executadas para que todos os alunos aprendam.

No mundo atual a formação continuada é uma exigência nas atividades dos profissionais da educação fortalecendo-os para enfrentar os desafios e as dificuldades com as quais se deparam no cotidiano. A necessidade da formação continuada é principalmente em serviço, com a finalidade de instrumentalizar e estimular as profissionais da educação da instituição para a diversificação e diferenciação de tarefas em sala de aula para atendimento aos diferentes níveis de aprendizagem priorizando a apropriação do conhecimento por todos os alunos.

Por outro lado, os estudos teóricos e a elaboração da presente pesquisa forneceram vários elementos para que enquanto coordenadora pedagógica da instituição possa contribuir de forma mais efetiva no monitoramento, acompanhamento pedagógico e instrumentalização das professoras, garantindo práticas pedagógicas mais efetivas de ensino que resultem na apropriação do conhecimento por todos os alunos.

REFERÊNCIAS

ACIOLY-RÉGNIER, Nadja. “Diz-me com quem resolves um problema de matemática e dir-te-ei quem tu és”. In: DIAS, Maria das Graças.; & SPINILLO, Alina. G. **Tópicos em Psicologia Cognitiva**. Recife: Editora Universitária, 1996.

BATISTA, Cleide Vitor Mussini. A educação da criança de seis anos. In: BRANDÃO, Carlos da Fonseca; e PASCHOAL, Jaqueline Delgado. **Ensino Fundamental de nove anos: teoria e prática na sala de aula**. São Paulo: Avercamp, 2009.

Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo. Disponível em: http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/texto_3.pdf. Acesso em: 06/07/2014.

Caderno Pedagógico do Ensino Fundamental. Telêmaco Borba, PR. Secretaria Municipal de Educação. 2ª edição. 2014.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988.

_____. Presidência da República. Ministério da Educação. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm#art3. Acesso em: 06/07/2014.

_____. Resolução CNE/CEB nº 7, de 14 de dezembro de 2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.

LEAL, Telma F.; LUZ, Patrícia S. **Produção de textos narrativos em pares: reflexões sobre o processo de interação**. Educação e Pesquisa, 2001.

_____, Telma Ferraz. Fazendo acontecer: o ensino da escrita alfabética na escola. In: MORAIS, Artur Gomes; ALBUQUERQUE, Eliana. B.; LEAL, Telma Ferraz (Orgs.). Alfabetização: **apropriação do Sistema de Escrita Alfabética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

MAINARDES, Jefferson. **A escola em ciclos: fundamentos e debates**. São Paulo: Cortez, 2009.

PERRET-CLEMONT, Anne-Nelly & et all. **La construction de l'intelligence dans l'interaction sociale**. Dorn: Peter Lang. Editions scientifiques européennes, 1996.

Proposta Pedagógica. Escola Municipal Deputado Fabiano Braga Cortes. Telêmaco Borba, PR. Revisada em 2013.

SILVA, Ceris S. R. **O planejamento das práticas escolares de alfabetização e letramento**. In: CASTANHEIRA, Maria Lúcia; MACIEL, Francisca I. P.; MARTINS, Raquel. M. F. (orgs.). **Alfabetização e letramento na sala de aula**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

VYGOTSKY, Lev. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 4ª Edição, 1991.

_____. **A construção do pensamento e da linguagem**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. L. S. **Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar**. In: VIGOTSKI, L.S; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. Tradução de Maria da Penha Villalobos. São Paulo: Ícone, 2006.

UNICEF. **Declaração mundial sobre educação para todos**. Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem. Jomtiem, 1990.